



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 15 de janeiro de 2026.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 888/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o(a) **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo	Tipo Solicitação	Situação	Forma Retorno
888/2025	Inicial	Solicitação Respondida	E-mail
Data da Solicitação	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em	Prorrogação
04/11/2025		19/12/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogado em: 04/12/2025 por Marco Aurélio Abrahão Sales Motivo: Devido a motivos operacionais internos, solicitamos dilação de prazo de 10 (dez) dias para atendimento a solicitado pelo interessado. Atenciosamente, Marco Aurélio A. Sales Em 04/12/2025
Solicitação			
Pela lei de acesso à informação, exponho e solicito:			
Exponho:			
Referente à matéria publicada no Jornal Correio da Manhã em 3 de novembro de 2025 (https://www.correiodamanha.com.br/nacional/sao-paulo/campinas/2025/11/231204-prefeitura-autoriza-corte-de-2-arvores-saudaveis-de-15-metros-no-cambui.html) onde o DPJ afirma haverem sido plantados 633.300 mudas oriundas do viveiro municipal e de compensações ambientais.			
Solicito:			
1- qual a localização (endereço e georeferenciamento) com a quantidade de mudas desses plantios (apresentado descritivamente, por local);			
2- quais espécies e tipologia das mesmas por quantidade e local (quantas são árvores de passeios públicos, APPs, Parques, quantas são arbustos, quantas são herbáceas, quantas são flores?)			
3- dos alegados plantios, apresentar planilha, por cada mês, com a quantidade total, de cada classe de vegetação e locais apontados no questionamento 2;			
4- quais são e têm sido os cuidados e manutenções pós plantios realizados?			
5- qual tem sido o índice de pegamento e de substituição das mudas plantadas?			
6- especificamente sobre arborização de vias/calçadas, quantas solicitações de supressões e podas foram atendidas entre 2024 e 2025?			
7- Qual o total de plantios específicos em calçadas em 2024 e 2025? Apresentar localização por endereçamento, georeferenciamento e espécies utilizadas.			
8- do total autorizado entre 2024 e 2025 para supressão em calçadas, quantos exemplares foram repostos? Apresentar listagem para conferência.			

A solicitação, enviada à **Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP)**, obteve a seguinte resposta:

Campinas, 18 de dezembro de 2025

Ref.: Ofício nº 109A-LAI/2025/SMSP - LAI nº 888/2025

Em atenção ao Ofício nº 109A-LAI/2025/SMSP referente à LAI nº 888/2025, informo que o Departamento de Parques e Jardins não forneceu as informações constantes na matéria publicada mencionada pela interessada.

Insatisfeito, o(a) **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 888/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retornp E-mail
Data da Solicitação 19/12/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 05/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Solicito recurso,a solicitação deve ser sempre atendida.Não cabe a resposta que foi dada . Que se cumpra o DECRETO Nº 22.170, DE 8 DE JUNHO DE 2022 Art. 2º Para fins desteDecreto, considera-se: XIV - e-SIC: sistema eletrônico do serviço de informações ao cidadão que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, o encaminhamento de pedido de acesso à informação, oacompanhamento de prazos e o recebimento das respostas às solicitações realizadas para órgãos e entidades Administração Municipal Direta e Indireta; Art. 3º Nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011, cabeaos órgãos e às entidades da administração pública municipal: VIII - garantir o direito de acesso àinformaçã de interesse público mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e emlinguagem de fácil compreensão; Art. 4º O acesso à informação compreende, entre outros, os direitos deobter: II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ouentidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos eentidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; VI - informação pertinente àadministração do patrimônio público, à utilização de recursos públicos, à licitação e aos contratosadministrativos; Art. 10. Qualquer interessado poderá solicitar acesso à informação de interesse público, por meio da ferramenta e-SIC Art. 11. No âmbito da administração pública municipal direta e indireta, seráutilizada a estrutura da Secretaria Municipal de Gestão e Controle para o recebimento, análise eencaminhamento das solicitações de informação, pela plataforma e-SIC, com as seguintes funções: VI - disponibiliza a resposta encaminhada pela unidade responsável ao cidadão solicitante por meio daplataforma e-SIC; Art. 19. O prazo máximo para o trâmite dos pedidos de acesso e a disponibilização dainformação solicitada será de 20 (vinte) dias. § 1º A Secretaria Municipal de Gestão e Controle deveráfornecer o acesso imediato à informação disponível, oriunda dos registros de perguntas frequentes ou dosarquivos de informações prestadas. § 2º Não sendo possível conceder o acesso imediato, a SecretariaMunicipal de Gestão e Controle encaminhará, obrigatoriamente por meio eletrônico via sistema e-SIC, asolicitação ao órgão ou à entidade responsável pela informação, emprazo de até 15 (quinze) dias, encaminhará à Secretaria Municipal de Gestão e Controle resposta contendo: I- a informação solicitada, incluindo os arquivos necessários para a disponibilização da informação emformato digital ou digitalizado, preferencialmente em PDF (Portable Document Format) pesquisável;			

A resposta em 1ª instância ratificou aquela dada inicialmente, a saber:

Campinas, 29 de dezembro de 2025

Ref.: Ofício nº 137A-LAI/2025/SMSP - LAI nº 888/2025

Em atenção ao Ofício nº 137A-LAI/2025/SMSP referente à LAI nº 888/2025, ratifico as informações anteriormente enviadas, esclarecendo que os questionamentos se baseiam em uma matéria publicada e, conforme já informado, as informações constantes na referida matéria não foram fornecidas pelo Departamento de Parques e Jardins.

Irresignado(a), o(a) **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância** nas seguintes linhas:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 888/2025	Tipo Solicitação Recurso Segunda Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Aberto	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 14/01/2026	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 15/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Solicito recurso para que seja respondida a solicitação feita inicialmente. Apesar da resposta que as informações constantes da matéria não foram fornecidas pelo DPJ, no site oficial da prefeitura constam os mesmos dados. Link - https://campinas.sp.gov.br/noticias/servicos-publicos-faz-manutencao-em-canteiros-da-john-boyd-dunlop-e-rodovia-miguel-burnier-134828			

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 105.155/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Isso porque a resposta dada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos ao(a) **RECORRENTE** baseou-se no fato de que da Matéria, publicada no Correio da Manhã, constavam **informações não fornecidas pelo Departamento de Parques e Jardins**.

Ocorre que o(a) **RECORRENTE** localizou as mesmas informações em página da Prefeitura na internet - <https://campinas.sp.gov.br/noticias/servicos-publicos-faz-manutencao-em-canteiros-da-john-boyd-dunlop-e-rodovia-miguel-burnier-134828>, datada de 07/01/2026, denotando que se trata de notícia oficial, da qual destacamos o trecho:

Os jardins, parques, praças e canteiros da cidade são abastecidos com flores e mudas de árvores produzidas no Viveiro. Em Campinas, no total, foram plantadas, com mudas do Viveiro e de compensações ambientais, mais de 633, 3 mil árvores, de 2021 a junho de 2025.

Dessa forma, **VOTO PELO DEFERIMENTO DO RECURSO**, de sorte a possibilitar o envio dos autos à SMSP para a **disponibilização das informações requeridas, quais sejam, 1- qual a localização (endereço e georeferenciamento) com a quantidade de mudas desses plantios (apresentado descritivamente, por local); 2- quais espécies e tipologia das mesmas por quantidade e local (quantas são árvores de passeios públicos, APPs, Parques, quantas são arbustos, quantas são herbáceas, quanta são flores?); 3- dos alegados plantios, apresentar planilha, por cada mês, com a quantidade total, de cada classe de vegetação e locais apontados no questionamento 2; 4- quais são e têm sido os cuidados e manutenções pós plantios realizados?; 5- qual tem sido o índice de pegamento e de substituição das mudas plantadas?; 6- especificamente sobre arborização de vias/calçadas, quantas solicitações de supressões e podas foram atendidas entre 2024 e 2025?; 7- Qual o total de plantios específicos em calçadas em 2024 e 2025? Apresentar localização por endereço, georeferenciamento e espécies utilizadas. 8- do total autorizado entre 2024 e 2025 para supressão em**

"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO - A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."

A CMRI consagrou, portanto, o entendimento de que "a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa". Isto é, se o órgão não tem a informação, muito provavelmente essa resposta é satisfatória. Entretanto, a partir da interpretação da súmula, verifica-se que a instância recursal (autoridades da instituição demandada, CGU ou CMRI, no âmbito federal) poderá:

1. manifestar-se sobre o mérito da disponibilização caso se constate a existência da informação ou se a mesma for localizada durante a instrução do recurso;
2. decidir pela reconstituição do registro da informação se pertinente e viável;
3. apurar a responsabilidade por eventuais condutas ilícitas, tais como a destruição ou não localização da informação, bem como quando constatar a sua injustificada negativa;
4. determinar a produção da informação excepcionalmente quando previsto em lei.

Dessa sorte, **se inexistente eventual informação, a resposta tem natureza satisfativa.**

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).^[1]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

— (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**,
Relator(a) da CMJRAI, em 06/02/2026, às 11:07, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril
de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17428588** e o código CRC **7AE22896**.